

## MASSACRE AOS DADOS E MÚLTIPLOS GOVERNOS

*Gilmar Mendes Lourenço*

Ao investir anualmente cerca de apenas 1,0% do produto interno bruto (PIB) em Ciência e Tecnologia (C&T), o Brasil está ficando cada vez mais distante das nações avançadas e emergentes que seguem, a passos largos, o caminho de aprofundamento da 4ª revolução industrial, ancorada na inteligência artificial e computação cognitiva, e aplicam em média 3,0% e 4,0% do PIB por ano, respectivamente, naquele quesito considerado uma espécie de passaporte ou trunfo para o desenvolvimento.

Não bastasse a constatação do diferencial desfavorável, o atual governo vem promovendo crescentes cortes de verbas e retaliações às entidades públicas ligadas à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), traduzidas em críticas, pouco polidas e desprovidas de amparo científico, que englobam desde severos reparos aos critérios metodológicos empregados, até contestações dos resultados apresentados, mesmo quando estes refletem sincronia com o mundo real, mas colidem com a retórica oficial.

O caso das estatísticas do mercado de trabalho, produzidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), e a preparação do Censo Demográfico 2020 - incluindo a supressão de recursos e orientação para diminuição do conteúdo do questionário principal - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constituem exemplos patéticos do novo *modus operandi* do sistema de planejamento do país.

De fato, são incontáveis as evidências de desprezo à informação e magnificação de opiniões e palpites, semelhantes aos garimpados em confraternizações entre amigos, regadas a churrasco e rodadas de cerveja, depois das tradicionais peladas de futebol, acontecidas em fins de semana.

Não menos relevantes são as declarações emitidas por autoridades a partir da multiplicação do fenômeno da devastação florestal e dos incêndios, nas regiões Centro Oeste e Norte do país, centradas no desabono dos levantamentos e das imagens de satélite disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

A propósito disso, em encontro promovido no mês de setembro de 2019, em Brasília, pelo Conselho das Américas, juntando executivos de grandes corporações estrangeiras e nacionais e integrantes do staff do governo Bolsonaro, denotaram-se posturas domésticas bastante antagônicas a respeito da “agenda brasileira para o desenvolvimento”.

Durante a reunião, os investidores tiveram a oportunidade de conhecer a parte lúcida da gestão pública federal, capitaneada pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina. Em sua exposição, a representante da categoria de produtores rurais reconheceu o problema do desmatamento e dos incêndios e a pertinência da mobilização internacional na busca de sua resolução, ou ao menos minimização.

*Há profunda ignorância, por parte do governo brasileiro, a respeito da incorporação das variáveis ambientais no cálculo capitalista.*

Também estabeleceu, de maneira correta, a dissociação entre o avanço exponencial das queimadas e a produção de alimentos em regime de tecnologia intensiva e economias de escala. Sublinhou ainda o empenho oficial na resolução da equação formada por proteção do meio ambiente e busca de crescentes ganhos de eficiência pela cadeia do agronegócio. Na mesma linha assinalou os pontos fortes do Código Florestal e os estímulos às iniciativas de baixa emissão de carbono.

Porém, na sequência, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, desnudou a fração governamental destituída de racionalidade e provida de instrumentos de afronta à realidade, ao justificar a desgraça da Amazônia a uma conspiração ideológica, brotada do Foro de São Paulo – ente de esquerda,

instituído em 1990, em um congresso internacional patrocinado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) -, que estaria impedindo a população de enxergar a verdade dos fatos.

Nesse particular, emerge profunda ignorância a respeito incorporação das variáveis ambientais no cálculo capitalista, notadamente da expressão dos gestores de fundos internacionais, que identificam riscos em aplicações suscetíveis a prejuízos derivados de atitudes e ações pouco responsáveis na área. Não por acaso, o parlamento da Áustria deliberou pelo veto ao acordo entre Mercosul e União Europeia, por conta de retrocessos na orientação ambiental brasileira.

Se, no plano federal, a desqualificação do potencial explicativo de indicadores correntes e antecedentes tem ocorrido de forma escancarada, em algumas órbitas regionais o evento vem sendo reproduzido de jeitos mais discretos, ainda que não menos lesivos ao suprimento dos anseios de compreensão e intervenção da sociedade.

Números positivos são celebrados como grandes conquistas futebolísticas e imputados diretamente às ações governamentais locais, ainda que na ausência destas. De outro extremo, dados negativos são atribuídos aos outros, com ênfase para governos anteriores.

Enquanto isso, as tarefas subjacentes ao planejamento de longo prazo, ou a montagem de referências futuras para as decisões presentes, repousam no aprisionamento das instituições de pesquisa aos interesses dos políticos em estágio de cumprimento da jornada de plantão. Mas, esse é assunto para outro artigo.